

上訴案第 144/2007 號

上訴人：A

**澳門特別行政區中級法院判決書**

在澳門特別行政區初級法院刑事法庭的合議庭普通刑事第 CR3-05-0231-PCC 號案件中，嫌犯 A 因觸犯《澳門刑法典》『殺人罪』及『使用禁用武器罪』接受合議庭的庭審。

經過庭審，合議庭最後作出了以下的判決：

- 嫌犯 A 作為實行正犯及既遂方式觸犯《澳門刑法典》第 128 條所規定及處罰的一項殺人罪，判處十三年徒刑，以及《澳門刑法典》第 262 條第 1 款（參見第 77/99/M 號法令第 1 條第 1 款 e) 項及第 6 條第 1 款 b) 項所規定及處罰的一項使用禁用武器罪，判處三年三個月徒刑；
- 數罪並罰，合共判處十四年六個月之實際徒刑。
- 另外，判處嫌犯向被害人 B 之合法繼承人支付澳門幣 700,000 的賠償。

嫌犯 A 的辯護人向本院提起上訴，其上訴的主要理由如下：

1. 本案經審判聽證後，從被視為證實的事實列中未能證明上訴人確實存有殺人之意圖。

2. 由於當時上訴人只是擬“刺傷”而非“刺殺”被害人，因此，其不是明知可能會引致被害人死亡的結果發生，不構成未必故意。
3. 因此，上訴人僅是觸犯《刑法典》第 139 條第 1 款 a)項所規定及處罰之一項“因結果之加重傷害身體完整性罪”，而非原審合議庭判處同一法典第 128 條所規定及處罰的一項“殺人罪”。
4. 另一方面，原審法院在量刑上，並沒有充分考慮所有相關事實，以致判刑過重。
5. 基於此，原審法院是違反《刑法典》第 65 條，尤其第 2 款 c)、d)及 e)項關於確定刑罰份量之規定。
6. 其中，上訴人主動、自發地到治安警察局第一警司處自首構成在犯罪之後存在明顯減輕事實之不法性或行為人之罪過之情節，法院對此須特別減輕有關刑罰。
7. 此外，由於上訴人在庭審中明確表示其自首是基於知錯及悔悟，並願意承擔因其行為導致的相關法律制裁，故無疑反映出其“真誠悔意”。
8. 按照《刑法典》第 66 條第 2 款 c)項規定，原審法庭尤須考慮該構成特別減輕刑罰的情節。
9. 對此，原審法院明顯違反《刑法典》第 66 條第 1 款及第 2 款 a)和 c)項之規定，並因而沒有遵守同一法典第 67 條有關特別減輕之規定。
10. 在本案中，無任何受害人之合法繼承人按照有關法律規定適時提出民事損害賠償請求，故無法查明受害人在生時的健康狀況、工作能力及收入等資料。

11. 倘若原審法院強制上訴人承擔如此高額損害賠償，在持續處於經濟拮据的狀況下，因本案而衍生的受害人除死老外，可能是上訴人的家人！
12. 因此，原審法院判定受害人民生命權賠償金額澳門幣 700,000.00 元是違反衡平原則，尤其《刑法典》第 560 條第 5 及 6 款之規定。
13. 最後，如上所述，上訴人現時沒有任何工作收入，且本身家境清貧，故有理由相信或預計上訴人在服刑期間將無力繳付及支付上述司法費、各項訴訟負擔及辯護費。
14. 因此，上訴人請求上級法院按照第 41/94/M 號法令之相關規定批准免除原審法院判處的司法費、各項訴訟負擔和辯護費（後者由澳門終審法院院長辦公室墊支），以及本上訴案的訴訟費用及辯護費。

綜上所述，並按照倘適用的補充法律規定，懇請尊敬的中級法院各位法官 閣下裁定本上訴理由成立，同時廢止被上訴的合議庭裁判的相應部份，並：

- 按照有關事實將原判的殺人罪改判為因結果之加重傷害身體完整性罪；
- 或將原審法院所判處上訴人的刑罰依據相關規定特別減輕，以及將其份量作出合理的確定，以降低原判刑罰之份量；
- 裁定不高於澳門幣 500,000.00 元的金額，作為已故受害人的生命權賠償；及
- 批准免除上訴人支付原審法院裁定的司法費、各項訴訟負擔及辯護費，以及本上訴案的訴訟費用及辯護費。

檢察院就上訴人 A 的上訴理由作出答覆，其主要內容載於卷宗第 881-887 頁<sup>1</sup>。

---

<sup>1</sup> Recorre o arguido, impugnando o duto acórdão proferido nos presentes autos. É óbvio, todavia, que não lhe assiste razão.

É incontrovertida, desde logo, a bondade da qualificação jurídico-penal efectuada.

Não pode questionar-se, na verdade, na hipótese vertente, a existência de dolo eventual.

Apurou-se, com efeito, além do mais, que “o arguido picou com a dita faca no corpo de B, bem sabendo que tal conduta poderia resultar na morte de Lei, mas aceitou a ocorrência do resultado”.

O que equivale a afirmar que representou a morte do mesmo como consequência possível da sua conduta e, ainda assim, levou-a a cabo, conformando-se com o resultado representado.

O recorrente impugna, igualmente, a pena que lhe foi imposta pelo crime de homicídio - 13 anos de prisão.

Está-se perante outra crítica infundada.

Em seu benefício, provou-se, tão só, a confissão parcial dos factos.

E essa circunstância não tem, praticamente, qualquer valor.

Não se mostra, nomeadamente, que a mesma tenha sido espontânea e contribuído, de qualquer forma, para a descoberta da verdade.

E, muito menos, que haja sido acompanhada de arrependimento.

Em termos agravativos, há que destacar, antes do mais, a grande intensidade de dolo que presidiu à actuação do arguido, bem expressa na premeditação da agressão.

Acresce, também, em termos de ilicitude, a multiplicidade de golpes desferidos.

E se na base de tudo esteve uma agressão da vítima, na sequência de uma disputa, a certo é que o recorrente recusou, no dia que precedeu o homicídio, uma iniciativa daquela no sentido da reconciliação e do pagamento de uma indemnização.

Ora, tal reacção inculca uma personalidade mal formada e inadequada aos factos perpetrados.

A pena em causa afigura-se, em suma, justa e equilibrada.

E o mesmo se tem de afirmar, do mesmo modo, da pena única.

As explanações anteriores apontam, já, para a insubsistência da pretendida atenuação especial da pena.

Conforme se sabe, a acentuada diminuição da culpa ou das exigências de prevenção (“necessidade da pena”) constitui o pressuposto material da aplicação do art. 66º do C. Penal.

E isso só acontece “quando a imagem global de facto, resultante da actuação da(s) circunstância(s) atenuante(s), se apresente com uma gravidade tão diminuída que possa razoavelmente supor-se que o legislador não pensou em hipóteses tais quando estatuiu os limites normais da moldura cabida ao tipo de facto respectivo” (cfr. Figueiredo Dias, Direito Penal Português - As Consequências Jurídicas do Crime, pg. 306).

E a situação presente não preenche, seguramente, esse condicionalismo.

O arguido invoca, a propósito, as als. a) e c) do n.º 2 do mencionado art. 66º.

Trata-se de uma invocação gratuita, já que, como se frisa na resposta à motivação, os factos que as integram não foram dados como provados.

O recorrente insurge-se, finamente, contra a indemnização arbitrada - MOP\$700.000,00.

Vejamos.

Em relação à indemnização pelo direito à vida, como é sabido, confrontam-se duas

而駐本院的尊敬的助理檢察長在提交意見書的時候，維持其在答覆狀的立場。

經各助審法官檢閱案卷後，合議庭召集了聽證會，並經過表決，作出了以下判決：

## 一、事實方面

---

posições.

《Uma, considerando que deve tal indemnização ser do mesmo valor, independentemente de quaisquer outras circunstâncias, pois, que partindo do princípio que o bem vida não é suscetível de avaliação, deve-se assim abstrair das circunstâncias concretas do caso.

A outra, entendendo que assim não deve ser, já que o bem vida de uma pessoa (v.g.) nova, abastada e saudável, vale – ou deve valer – mais que o de uma pessoa idosa, com dificuldades económicas e enferma.

Mostra-se de acompanhar a segunda das posições em causa, pois que a vida de um pessoa é um bem não só pessoal, mas também da comunidade, de onde são beneficiários mais próximos os elementos da “família nuclear”. E, nesta ordem de ideias, embora constitua um “bem sem preço”, as realidades da sociedade exigem que pela sua perda se fixe uma indemnização onde se deve atender à “situação concreta”, sendo também esta o entendimento que se mostra em sintonia com o estatuído no art. 487º do C.C. que estatui que na fixação da indemnização se deve atender a “critérios de equidade, ao grau de culpa e às demais circunstâncias do caso”》.

(ac. desse Venerando Tribunal, de 5-10-2006, proc. nº. 213/2006)

Estamos em sintonia com tal doutrina.

Na hipótese vertente, há que relevar, em especial a idade de vítima - 43 anos -apontando, naturalmente, para uma considerável esperança de vida.

E, tudo ponderado, o “quantum” fixado não pode deixar de ter-se como justo e equilibrado.

Basta atentar, para tanto, na perspectiva “flexível e dinâmica” acolhida no arresto atrás sumariado.

O arguido, entretanto, vem pedir o benefício do apoio judiciário.

E, facto ao alegado na motivação do recurso - que não se mostra contrariado pelo elementos constantes dos autos - aceita-se a concessão desse apoio, na modalidade de dispensa do pagamento de custas.

Deve, pelo exposto, o recurso ser julgado improcedente - ou até, mesmo, manifestamente improcedente (com a sua consequente rejeição, nos termos dos artºs. 407º, n.º 3-c, 409º, n.º 2-a e 410º, do C. P. Penal).

E deve, por outro lado, nos termos apontados, ser concedido ao recorrente o requerido apoio judiciário.

原審法院在其判決書中認定了以下的事實：

- 2005 年 3 月 28 日，在黑沙環馬路 16 號祐邦大廈第一座與第二座間的橫巷內，嫌犯 A 與被害人 B 因上述巷內的賭檔問題發生口角，期間，B 將嫌犯 A 的頭部打傷。
- 2005 年 3 月 29 日上午 10 時許，B 主動到上述巷內的賭檔找嫌犯 A，向其提出和解的意願，並且表示願意對其所受的傷害作出賠償，但遭到嫌犯 A 的拒絕。
- 為此，嫌犯 A 與 B 又發生爭吵。
- 當日 11 時許，嫌犯 A 前往位於黑沙環馬路威鑽大廈地下 B 舖的“均價店”購買了一把水果刀，（該刀與卷宗第 417 頁圖中所示刀具相同，刀刃長 18.5 厘米），並將該刀放於上述賭檔的隱蔽處，意圖在與 B 發生衝突時使用。
- 當時晚上，嫌犯 A 攜帶上述水果刀返回家中。
- 2005 年 3 月 30 日 9 時 50 分左右，嫌犯 A 攜帶上述水果刀離開住所前往上述賭檔。
- 嫌犯 A 到達賭檔附近，B 已在該處。
- 兩人見面後，再次發生口角並對罵。
- 期間，嫌犯 A 從腰間取出上述水果刀指嚇 B。
- B 見狀立即轉身朝黑沙環馬路錦繡花園方向逃跑，嫌犯 A 遂持刀追趕 B。
- 當跑至黑沙環馬路 18 號 A “東來美食”對開馬路時，B 失足跌倒，嫌犯 A 立即上前朝 B 用刀亂刺，並先後刺中 B 大腿及左肩部份。

- 當 B 欲轉身從地上爬起時，嫌犯 A 繼續揮刀的刺向 B，並刺中 B 的身體左胸部份。
- B 被嫌犯 A 刺中多刀後負傷向錦繡花園方向逃去，在三角花園天橋下紅綠燈位置遇見一輛治安警察局的汽車（MB-06-10），並向車上的治安警員求救。
- 治安警員遂將 B 送抵仁伯爵醫院搶救。
- 2005 年 3 月 30 日 10 時 55 分，B 因傷重搶救無效死亡。
- 嫌犯 A 用水果刀亂刺 B 的上述行爲，直接且必然的給 B 造成卷宗第 353 頁至第 358 頁之屍體解剖報告及第 567 頁之臨床法醫學意見書（詳見報告及意見書內容）所描述之身體損傷，並使 B 因心臟遭受銳器刺創而死亡。
- 嫌犯 A 用刀亂刺 B 後，便朝關閘馬路方向逃走，並將刀扔掉在台山巴坡沙馬路利達新邨與台山平民大廈中間的行車天橋底下的一個藍色流動垃圾筒內（該刀未被尋獲）。
- 2005 年 4 月 7 日 16 時許，嫌犯 A 到治安警察局第一警司處自首。
- 嫌犯 A 是在自由、自願和有意識的情況下故意作出上述行爲的。
- 其手持水果刀向 B 亂刺，明知可能會引致 B 死亡結果發生，其接受這一結果的發生。
- 嫌犯 A 明知法律禁止和處罰其所作之上述行爲。
- 嫌犯已婚、入獄前無業，需供養母親及三名兒子。
- 嫌犯承認部份事實，為初犯。

未經證明之事實；控訴書的其餘事實。

## 二、法律方面

從上訴人在其上訴的請求的內容，我們可以看到上訴人其實所提出的問題，主要有：

- 1 · 上訴人由於缺乏殺人的故意，不觸犯故意殺人罪，而是因結果之加重傷害身體完整性罪；
- 2 · 從案件中的情節來看，符合對上訴人適用特別減輕刑罰；另一方面，所適用的刑罰過重；
- 3 · 已故受害人的生命權賠償過高，最多不能超過澳門幣 500,000.00 元；
4. 最後申請批准免除上訴人支付原審法院裁定的司法費、各項訴訟負擔及辯護費，以及本上訴案的訴訟費用及辯護費。

讓我們看看。

首先，關於上訴人提出的，已證事實之中沒有證明上訴人有殺人的故意，不能判其殺人罪。

對於上訴人來說，由於當時上訴人只是擬“刺傷”而非“刺殺”被害人，因此，其不是明知可能會引致被害人死亡的結果發生而為之，不構成故意。

原審法院在分析事實時認為，嫌犯使用水果刀向被害人 B 亂刺，並刺中 B 的身體左胸部份，令被害人 B 死亡，因此嫌犯的行為已觸犯一項殺人罪。

故意是犯罪的主觀要素的一種，他所包含的認識和意志兩種因素的內容的差別而產生了不同形態的故意。《刑法典》第 13 條就直接規定了故意的三种形態：

“一、行爲時明知事實符合一罪狀，而有意使該事實發生者，爲故意。

二、行爲時明知行爲之必然後果係使符合一罪狀之事實發生者，亦爲故意。

三、明知行爲之後果係可能使符合一罪狀之事實發生，而行爲人行爲時係接受該事實之發生者，亦爲故意。”

這就是理論上分別所指的直接故意、必然故意以及或然故意。而本案中，原審法院認定了可以得出存在或然故意（dolo eventual）的事實：

“嫌犯 A 是在自由、自願和有意識的情況下故意作出上述行爲的。其手持水果刀向 B 亂刺，明知可能會引致 B 死亡結果發生，其接受這一結果的發生。”

即使撇開這個結論性的事實，我們也可以在整個案件的事實過程通過推論（ilação）而得出嫌犯有故意的結論。

嫌犯事先準備好了水果刀，準備在跟被害人爭吵的時候使用。兩人見面以後即發生爭吵，期間，嫌犯從腰間取出上述水果刀指嚇 B。這個時候，被害人見狀逃跑了，而嫌犯持刀追趕 B，直至 B 失足跌倒，然後立即上前用刀亂刺被害人，先後刺中其大腿及左肩部位。當被害人欲從地上爬起時，嫌犯繼續揮刀的刺向 B，並刺中 B 的身體左胸部份。而這刀是導致被害人死亡的直接原因。

從此事實我們可以看到，嫌犯明知其用刀刺向被害人大腿、胸口的行爲可能（而且已經超出了一般的可能性、或然性），這就確定了嫌犯故意中的認識因素；而從嫌犯一系列的“刺擊”行爲，尤其是在被害人跌倒和正

欲爬起來之際，而作出致命一擊，就是一種置人於死地的行爲。這很明顯已經超出了嫌犯在意志因素上單純的接受了可能的結果的發生的範圍。

總之，他的行爲，不管是他主觀上的認識因素還是意志因素，都毫無疑問地顯示為故意的行爲。因此，上訴人這方面的理由不能成立。

其次，上訴人提出應該適用特別減輕以及刑罰過重的辯護理由。我們認為也是沒有理由的。

關於特別減輕，上訴人認為，上訴人主動、自發地到治安警察局第一警司處自首構成在犯罪之後存在明顯減輕事實之不法性或行為人之罪過之情節，法院對此須特別減輕有關刑罰。此外，由於上訴人在庭審中明確表示其自首是基於知錯及悔悟，並願意承擔因其行為導致的相關法律制裁，故無疑反映出其“真誠悔意”。因此，應該按照《刑法典》第 66 條第 2 款 c) 項在量刑時作出特別的減輕處罰。

上訴人的這個辯護理由沒有可以接受的實際意義，也就是說，按照上訴人的犯罪為故意犯罪，沒有承認所有的犯罪事實，因為，要使上訴人的行為能夠適用《刑法典》第 66 條的特別的減輕情節，還必須具有“從案件的整體事實來看，因其情節的特別輕微以至法院相信立法者在考慮同一罪名的懲罰幅度時沒有考慮這個特別的輕微的犯罪情節”的條件<sup>2</sup>，而上訴人沒有具有這個條件。

而關於一般的量刑，正如我們一致認為的，法院在量刑過程中，在法定刑罰幅度之內有相當的自由決定空間。當然，作出決定時必須依照嫌犯的過錯以及對犯罪的懲罰原則，尤其是按照《刑法典》第 65 條所列舉的考量因素進行量刑，在法定的最高刑與最低刑之間，選擇一個符合刑罰適度、刑罰合適的原則的具體刑罰。

---

<sup>2</sup> 見 Figueiredo Dias 教授的《Direito Penal Português – As Consequências Jurídicas do Crime》，第 306 頁。

《刑法典》對普通殺人罪的刑罰幅度是 10 至 20 年徒刑，而原審法院判處上訴人 13 年的徒刑。

誠然，如果嫌犯是以或然故意進行犯罪的，他的罪過的嚴重程度就相對於其他兩種形態的故意（直接與必然故意）要低，甚至處在有意識的過失的邊緣，<sup>3</sup> 但是，在本案之中，嫌犯在犯罪中的其他情節，包括犯罪的動機、手段和方式，尤其是那種近乎致人死地的“刺擊”行爲所表現出來的惡意，還有不承認所有犯罪事實的表現，對這類殺人罪處以比最低刑幅稍高的刑罰是恰當的。原審法院的量刑，一方面並沒有超出刑幅而是在其自由決定的空間之內，另一方面沒有違反刑罰適度原則，沒有可質疑的地方。

因此，應予以維持這方面的原判決。

再其次，關於給予被害人的合法繼承人的生命權的賠償金額，我們也認為使合適的。

原審法院確定了上訴人必須賠償被害人的合法繼承人的生命損失 70 万澳門元。我們認為所確定的金額並不過多。

在我們的一貫的司法見解中，在一個因交通意外而觸犯過失殺人罪的生命權的賠償，所確定的數目已經可以達到這個金額了，何況本案所涉及的是故意犯罪。因此，上訴人的上訴理由不能成立。

最後，上訴人要求免除上訴人支付原審法院裁定的司法費、各項訴訟負擔及辯護費，以及本上訴案的訴訟費用及辯護費。

這裡包括兩方面的請求：一是免除上訴人支付原審法院裁定的司法費、各項訴訟負擔及辯護費，一是免除上訴人支付本上訴案的訴訟費用及辯

---

<sup>3</sup> 見葡萄牙最高法院的 1993 年 5 月 5 日的判決，上訴案第 44099/3<sup>a</sup> 號。

護費。

第一方面，請求是明顯不能成立的。我們現在是在上訴審，對原審法院的任何決定必須在合法的前提下提出上訴，而且要提出原審法院的決定違反了某法律規定的依據。而上訴人不但沒有對原審法院的確定訴訟費用辯護費這部分決定提起上訴，也沒有提出的其不合法的理由，那麼，我們上訴法院沒有理由改變不是上訴標的的部分決定。這方面，上訴人應該在適當的時候向原審法院要求免除。

第二方面，我們就可以考慮上訴人的要求，而且是當作司法援助的程序來處理。基於此，考慮到上訴人的現狀，我們決定給予免除訴訟費用的援助。

綜上所述，本院決定判處嫌犯 A 的上訴理由不成立，維持原判。

本上訴審的訴訟費用由上訴人負責，但不妨礙其享受上述決定的司法援助。

確定給予上訴人的辯護律師的辯護費 1200 澳門元，由終審法院院長辦公室支付。

澳門特別行政區，2007 年 6 月 14 日

蔡武彬

司徒民正

賴健雄